



CÓD: OP-078ST-23
7908403542437

CARAGUATATUBA – SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA
SÃO PAULO

PEB I- Professor Educação Básica I Educação Infantil

EDITAL Nº 03/2023

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto.....	7
2. Organização estrutural dos textos.	7
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.	8
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.	9
5. Textos literários e não literários.	10
6. Tipologia da frase portuguesa.	10
7. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases.	11
8. Norma culta.	15
9. Pontuação e sinais gráficos.	16
10. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.	20
11. Tipos de discurso.	20
12. Registros de linguagem. Funções da linguagem.	22
13. Elementos dos atos de comunicação.	23
14. Estrutura e formação de palavras.	24
15. Formas de abreviação.	25
16. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.	27
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.	33
18. Os dicionários: tipos;	34
19. a organização de verbetes.	37
20. latinismos.	45
21. Ortografia e acentuação gráfica.	46
22. A crase.	47

Raciocínio Lógico Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.	59
2. Conjuntos e suas operações, diagramas. Números inteiros, racionais e reais e suas operações,	82
3. porcentagem e juros.	89
4. Proporcionalidade direta e inversa.	92
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.	93
6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.	95
7. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.	95
8. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	99
9. Problemas de contagem e noções de probabilidade.	100
10. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.	103

ÍNDICE

11. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.	115
12. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.	116
13. Problemas de lógica e raciocínio.....	116

Noções de Informática

1. Tecnologias para Aprendizagem; papel e uso das tecnologias da informação e comunicação;	117
2. Utilização de diferentes linguagens midiáticas para desenvolvimento das práticas educativas;	117
3. Apropriação tecnológica;	117
4. Compreensão dos usos das tecnologias e da cultura digital no cotidiano escolar;	118
5. Promoção de práticas pedagógicas, reflexivas, colaborativas e dialógicas utilizando recursos tecnológicos;	118
6. Letramento digital;	118
7. Uso da tecnologia para ensinar, aprender e pesquisar.	120

Aspectos Locais

1. Fundação	121
2. As condições físicas e ambientais do município de Caraguatatuba	122
3. População e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; comunicações tradicionais	124
4. O processo de urbanização	124
5. A importância de Caraguatatuba para o estado de São Paulo	125
6. Atividades econômicas: extrativismo vegetal e mineral; agricultura; indústrias e serviços.....	125
7. Questões socioambientais	126
8. Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007 (Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos do município de Caraguatatuba e dá outras providências) e suas alterações	126

Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos da Educação: Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	147
2. Relações socioeconômicas e político-culturais da educação.	156
3. Educação em direitos humanos	161
4. Democracia e cidadania.	165
5. A função social da escola;	165
6. Inclusão educacional e respeito à diversidade.	170
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.	182
8. Didática e organização do ensino.	187
9. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.	201
10. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica.	211
11. Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.	216
12. Legislação educacional: Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações.	223
13. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/1990.	240
14. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	280

15. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007.	297
16. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos.	298
17. Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).	298

Conhecimentos Específicos

PEB I - Professor Educação Básica I Educação Infantil

1. Concepções de Educação Infantil: de infância e de criança.	319
2. Psicologia do Desenvolvimento.	321
3. A Construção do Conhecimento na infância.....	337
4. Corporeidade: o corpo criança criador de culturas e conhecimentos.	338
5. Pluralidade e diversidade cultural.....	338
6. Os processos de criação no brincar	339
7. Educar e Brincar.....	339
8. Composição de tempos e espaços na Educação Infantil.....	341
9. Plano de Ação Pedagógica Docente para a Educação Infantil.....	342
10. Currículo: concepção e organização do conhecimento.	343
11. O desenvolvimento artístico da criança.....	355
12. A leitura e a escrita na Educação Infantil.	356
13. O Conhecimento Matemático das crianças e suas relações junto às experiências cotidianas.	365
14. O Conhecimento do Mundo Físico e Natural no desenvolvimento humano da criança.....	365
15. Filosofia na Educação de crianças.....	366
16. Avaliação e registro do processo educacional na Educação Infantil.	366
17. A prática docente: profissional, estética, ética, social, humana e dialógica com o outro.....	372

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS.

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE.

Coesão e coerência

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <i>esta</i> : colonização africana. Mais um ano <i>igual aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. <i>A menina</i> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <i>mas</i> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <i>casa</i> é clara. Os <i>quartos</i> , a <i>sala</i> e a <i>cozinha</i> têm janelas grandes.

Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

Intertextualidade

A intertextualidade pode ser entendida como a influência de um texto sobre outro, bem como suas referências, sejam elas explícitas ou implícitas. Os textos lidos previamente são chamados **texto-fonte**.

Pode-se dizer que todo texto é, em maior ou menor grau, um intertexto, já que os textos acessados ao longo da vida interferem de alguma maneira naquilo que pensamos e escrevemos, tanto a nível de conteúdo quanto a nível de forma.

A intertextualidade é considerada **explícita** quando é clara e facilmente identificada pelo leitor, estabelecendo uma relação direta com o texto-fonte. Por outro lado, a intertextualidade **implícita** exige conhecimento prévio do leitor, que desempenha um papel de análise e dedução.

Com isso, temos que a intertextualidade é um certo diálogo entre os textos, podendo ocorrer em diversas linguagens (visual, escrita, auditiva), sendo bastante expressa nas artes, em programas midiáticos e na publicidade.

Sendo assim, veja os principais tipos de intertextualidade e suas características:

- **Paródia:** modifica o texto-fonte, normalmente em forma de crítica ou sátira, muitas vezes acompanhada de ironia e de algum elemento de humor.

- **Paráfrase:** modifica o texto-fonte de modo que a ideia seja mantida, fazendo, assim, o uso recorrente de sinônimos.
- **Epígrafe:** repetição de uma frase ou parágrafo que se relacione com o que é apresentado no texto a seguir, encontrado com frequência em obras literárias e acadêmicas.
- **Citação:** acréscimo de trechos literais ao longo de uma produção textual, geralmente aparecendo demarcada graficamente ou por meio de gestos, em se tratando da linguagem oral. Ela deve ser devidamente referenciada, vindo a ser um ótimo exemplo de intertextualidade explícita.
- **Alusão:** referência a elementos presentes em outros textos, de modo indireto, ou por meio de simbologias.
- **Tradução:** interpretações e transcrição do texto-fonte em outra língua.
- **Bricolagem:** montagem de um texto a partir de fragmentos de diversos outros textos, bastante encontrado nas artes.
- **Pastiche:** mistura de vários estilos em uma só obra, sendo uma intertextualidade direta a partir da imitação do estilo demonstrado por outros autores. Diferente da paródia, não tem a intenção de criticar.
- **Crossover:** aparição de personagens do texto-fonte, ou encontro de personagens pertencentes a um mesmo universo fictício.

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: DESCRIÇÃO, NARRAÇÃO, EXPOSIÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E INJUNÇÃO; CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA MODO. TIPOS TEXTUAIS: INFORMATIVO, PUBLICITÁRIO, PROPAGANDÍSTICO, NORMATIVO, DIDÁTICO E DIVINATÓRIO; CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA TIPO.

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
 - Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
 - Geometria básica.
 - Álgebra básica e sistemas lineares.
 - Calendários.
 - Numeração.
 - Razões Especiais.
 - Análise Combinatória e Probabilidade.
 - Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

- A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)
- B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)
- C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s, \dots , chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R, \dots , também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	\sim	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>$\sim p$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	$\sim p$	V	F	F	V									
p	$\sim p$																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	\wedge	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \wedge q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \wedge q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	$p \wedge q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \underline{\vee} q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	\rightarrow	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \rightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \leftrightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

TECNOLOGIAS PARA APRENDIZAGEM; PAPEL E USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;

Nos dias de hoje, a população vive uma democratização da informação, as gerações mais afetadas nisso são adolescentes e jovens que possuem excesso de informações em meio ao avanço tecnológico. As denominadas TICs vem cumprindo um grande papel na sociedade, na educação e no comércio, nas empresas e indústrias e também outros ambientes profissionais através de softwares e chats em tempo real que proporcionam uma comunicação interpessoal virtual assertiva nos relacionamentos humanos.

A cada década conseguimos enxergar com mais clareza as transformações no modo de compartilhamento da informação e forma de comunicação do homem. O papel dessas tecnologias tem sido de suma importância para diversas áreas da sociedade, a popularização das redes sem fio proporciona o acesso à novas informações e a forma correta de interpretá-la. Na educação no período de pandemia por exemplo, se não existissem as salas de aulas virtuais como o google meet e google classroom, muitos pais não saberiam como lidar com a formação educacional e intelectual de seus filhos. Percebemos que as TICs abriram muitas portas e sanaram várias brechas na educação e no trabalho, podemos ver isso de modo cada vez mais notável na implantação de bancos digitais e soluções financeiras por meio do imediatismo vindo da tecnologia; parte do desenvolvimento econômico se dá pela grande porcentagem da população que aderiu cartões-virtuais e métodos de pagamento que precisam apenas de cliques e uma rede de internet estável.

Então presumimos que o uso dessas tecnologias traz um avanço considerável para todas as esferas da sociedade que nos cercam. Desde sites de divulgação de vagas de emprego como fóruns de entretenimento, todos carregam informações e de modo ou outro carregam uma mensagem para o público direcionado, sendo assim a comunicação é mais uma vez encurtada e facilitada. E como toda inovação tem seus contras que as vezes podem se esconder atrás dos grandes benefícios, as TICs têm seus pontos a melhorar; porém se trata muito mais de uma questão de planejamento do que desenvolvimento de melhores sistemas.

UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES LINGUAGENS MIDIÁTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS;

Os meios de comunicação são ferramentas que tem o poder de oferecer ideias e experiências inovadoras nos ambientes educacionais, gerando um grande avanço na educação. Indispensável mencionar a importância das relações sociais no processo de aprendizagem dos alunos independentemente da idade; e com o agravamento do uso excessivo das mídias sociais o processo de identificação dos alunos com o grupo social que

desejam pertencer depende totalmente do acesso à informação que é fornecida instantaneamente e à cultura divulgada através de diferentes meios de comunicação. Desse modo, as linguagens midiáticas na educação dependem da criação de identidades, alcançando os alunos não apenas de forma intelectual, mas de modo que os vincule a algo para suprir a necessidade de pertencer a grupos.

Várias didáticas vêm sendo estudadas com o avanço da tecnologia, mas ainda não podem ser aplicadas devido ao acesso à tecnologia que nem todos os contextos sociais usufruem. Porém a maioria dos professores já adotaram metodologias que incluem uso das linguagens midiáticas dentro da sala de aula. A propagação da informação vem sendo feita de modo que se encaixe no momento atual da tecnologia, transformando a informação em conhecimento no conhecimento dos alunos. Não apenas a informação propagada, mas também o modo de avaliar os alunos está cada vez mais moderna, provas são feitas remotamente e corrigidas em questão de segundos por programas desenvolvidos por essa finalidade.

O uso das linguagens midiáticas na educação vem propiciando grandes alterações no modo de ensino e no modo de aprendizagem. Com o a utilização dessas linguagens nas escolas, alunos e professores comunicam-se de forma versátil e apesar da comodidade e facilidade à informação, a cultura do “faça você mesmo” famosa virtualmente nos dias atuais vem sendo adotada nas escolas por meio das atividades escolares preparadas e inseridas justamente para serem realizadas através das novas tecnologias. Com esse modo de interação rápida e prática, existem também possibilidades diferentes em relação ao tempo que levaria um trabalho cooperativo no ambiente físico de uma sala de aula e de uma sala virtual; isso potencializa o uso das linguagens midiáticas nesses trabalhos para que possam surgir novos métodos de aprendizagem.

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA;

Atualmente, os dados baseados nas pesquisas revelam uma apropriação e crescimento do uso tecnológico em diferentes âmbitos da sociedade. Fazemos o uso constante dos mais variados tipos de eletrônicos e recursos tecnológicos; na sociedade contemporânea, dormimos ao lado do celular e muitas vezes é a primeira atividade que praticamos ao acordar. Já que os apetrechos tecnológicos e a vida virtual se tornaram as atividades mais praticadas e o “ambiente” mais vivido pelo homem, por que não usar isso para seu próprio benefício e desenvolvimento?

A apropriação tecnológica se dá por todas as vezes que menos favorecidos inseridos numa sociedade tecnológica, interagem com esses recursos em suas vidas por meio de práticas e rotinas de trabalho; como por exemplo, quando um jovem de periferia consegue comprar um celular de última geração; quando uma criança participa do grupo virtual de sua sala de aula; quando as vagas de teletrabalho que são preenchidas aos montes apesar das

condições, e esses fatores revelam uma apropriação da tecnologia de modo que recursos, informações e lazer são gerados na sociedade. Esse processo de apropriação decorre da propagação da cultura tecnológica em diferentes meios de comunicação; inclusive a tecnologia vai muito além dos meios de comunicação, é um estilo de vida, um agir e conhecer do mundo moderno.

O setor que ganha muito com isso é a educação, pois os professores e mestre-educadores tem uma grande ferramenta em mãos para estimular o intelecto dos alunos através de meios que eles estão familiarizados mais do que qualquer outro público. O uso de computadores e tablets nas escolas propiciam experiências de aprendizagem que não eram nem uma possibilidade a tempos atrás. Uma evidência desse novo estilo de aprendizagem é quantidade de sites de cursos online; com apenas cliques e administração de tempo, as pessoas se qualificam pela internet. Sendo assim a estimativa é que a tecnologia continue aprimorando o conhecimento do homem, abrindo portas e atravessando fronteiras pra um grande desenvolvimento pessoal e da sociedade.

COMPREENSÃO DOS USOS DAS TECNOLOGIAS E DA CULTURA DIGITAL NO COTIDIANO ESCOLAR;

Para abordarmos esse tema, primeiro precisamos de umas pinceladas a respeito da cultura digital. Falamos de algo que não é palpável, mas de dados e informações armazenadas dentro de aparelho eletrônico, vidas profissionais que dependem totalmente desse recurso, bancos e empresas consolidados por meio dessa cultura. Ela se instaurou e se consolidou como cultura a partir do surgimento da internet em seu uso doméstico e de fácil acesso às residências e espaços de trabalho no final do século XX. Então podemos dizer que a cultura digital é responsável pelas grandes mudanças na vida cotidiana e no comportamento humano consequentemente pelo uso de ferramentas da tecnologia digital.

Hoje nas escolas, essa cultura digital não é somente um diferencial para que os alunos possam ter experiências diferenciadas na absorção de conhecimento, mas sim uma necessidade para popularizar o conhecimento e facilitar o engajamento e acessibilidade dos alunos para o que está proposto a ser ensinado. Essa cultura é tão importante atualmente que de certa forma até força as escolas emergirem nesse meio mesmo sem o planejamento devido; sendo que o ensino participativo e dinâmico tem sido uma ferramenta educacional essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e comunicação entre professores e alunos. Um ponto chave da cultura digital na educação é que os alunos são instruídos diretamente e indiretamente a desenvolver uma certa independência e serem responsáveis de sua própria aprendizagem; além de aprimorar e revelar diversas outras habilidades em cada aluno, como o senso de liderança e responsabilidade, criatividade na elaboração de projetos e entre outros. Com a cultura digital muitas ferramentas de ensino foram substituídas ou aprimoradas, os livros das prateleiras não perderam sua importância, mas os PDF's e livros digitais de muitos lugares do mundo ganharam espaço na rotina de estudos; isso promove o acesso imediato ao material de estudo independente da hora e local. Com esse avanço tecnológico o ensino à distância e ensino híbrido passou a ser opção viável para diversos estudantes também, na preferência pela comodidade e praticidade esse modo de ensino vem ganhando força em diversos contextos.

PROMOÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, REFLEXIVAS, COLABORATIVAS E DIALÓGICAS UTILIZANDO RECURSOS TECNOLÓGICOS;

Os recursos tecnológicos estão cada vez mais aprimorados e fazendo com que diversos âmbitos se adaptem a seu uso. As práticas usadas pelos professores com objetivo de instruir, ensinar e comunicar a informação a seus alunos vem sendo moldada a partir de ferramentas totalmente tecnológicas; raramente veremos professores que continuam usando práticas pedagógicas sem ajuda da internet e recursos tecnológicos atualmente, até mesmo porque esses recursos elevam o nível de praticidade, mas sem tirar qualidade do ensino proposto. As aulas estão se tornando mais interativas e que aguçam a curiosidade e atenção dos alunos; porém muitas universidades e instituições de ensino não estão adepts à atualização de seus sistemas tecnológicos de informação e conteúdo, como por exemplo o portal de um curso EaD. E nesse quesito quem não está adepto às mudanças acabam promovendo sua própria inutilidade e empurrando alunos em busca de plataformas mais inovadoras que sejam compatíveis com seu nível de interesse e conhecimento tecnológico.

De modo que facilite e promova as relações do aluno com a matéria, os professores podem utilizar as redes como metodologia educacional e certamente em seu modo de avaliação também, transformando a aprendizagem e correção numa tarefa dinâmica e inclusiva. O educador que possuir essa consciência pode ser um agente transformador na educação e formação de muitos indivíduos, deixando de lado a formalidade e abraçando o uso dos recursos tecnológicos; o que seria de grande ajuda no desdobramento do pensamento crítico e trabalho coletivo, onde o aluno poderia se sentir de fato protagonista de sua própria formação e com apenas uma “pequena” ajuda do professor. Exemplificando esse pensamento, existem professores que fazem o uso das redes sociais para atividades como debates sobre diversos temas e vídeos que tragam reflexão em compatibilidade com o conteúdo das aulas; isso implica em envolver o aluno em um contexto de aprendizagem em que ele tenha familiaridade e leveza. Sendo assim os recursos tecnológicos podem ser muito vantajosos para aprimorar a didática, as práticas pedagógicas e comunicativas no ensino mesmo com adversidades que possam aparecer no uso dessas ferramentas.

LETRAMENTO DIGITAL;

Antes de definirmos letramento, é necessário entender que o que é o letramento “tradicional”. O conceito de letramento não se perpetua no tempo, ele muda de acordo com os avanços da tecnologia.

É relevante pontuar que muitas são as definições e estudos sobre o conceito de letramento. Kleiman, por exemplo, considera-o como uma prática de leitura e escrita¹².

1 *Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758, Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_051.pdf*

2 *KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995. 294 p. p. 15-61*

Para Magda Soares³, o conceito de letramento ultrapassa o ato de ler e escrever. Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos⁴

Para Mey⁵, a relevância do letramento, tanto do tipo usual quanto do digital, vai muito além de se afirmar que é uma tecnologia de informação adquirida ativa ou passivamente. Enfatiza, também, que é muito mais do que saber ler e escrever ou navegar na internet.

Na realidade, consiste em saber utilizar esses recursos para aplicá-los no cotidiano, em benefício do próprio usuário. Precisa-se, nesse caso, indagar o porquê de se fazer uma busca na web, ou seja, saber qual a finalidade dessa informação para a vida a fim de promover a aquisição de um (novo) conhecimento.

Soares⁶ ressalta que o sintagma letramento digital é usado para referir-se à questão da prática de leitura e escrita possibilitada pelo computador e pela internet.

A necessidade de um indivíduo ser letrado digitalmente surgiu a partir da ideia de que uma fonte digital pode gerar muitas formas de informações de texto, como imagens, sons, etc.

Por isso, uma nova forma de alfabetização era necessária com o intuito de dar sentido a essas novas formas de apresentação. Segundo Bawden, outros autores, como Eshet⁷, pensam da mesma forma que Gilster: o letramento digital deve ser mais do que a capacidade de usar fontes digitais por ser uma nova forma de pensamento crítico.

Gilster, citado por Bawden⁸, define quatro competências essenciais da literatura digital:

- a) pesquisas na internet;
- b) hipertexto;
- c) navegação; montagem;
- d) conhecimento e avaliação de conteúdo.

Enfatiza ainda que, em muitas fontes de informação, alguns autores estão comparando conhecimentos técnicos de informática com pensamento crítico, para que o sujeito seja considerado letrado digitalmente.

Já as definições de letramento digital mais amplas supõem esses aspectos ao não prescindirem dos sentidos social e cultural. Entre as apresentadas por Souza⁹, seleciono estas: letramento digital se constitui como “uma complexa série de valores, práticas e habilidades situados social e culturalmente envolvidos em operar linguisticamente dentro de um contexto de ambientes eletrônicos, que incluem leitura, escrita e comunicação. Nessa definição, letramento digital refere-se aos contextos social e cultural para discurso

3 SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2 ed. 11 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 128p.

4 KLEIMAN, Angela B. *Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola*. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995. 294 p. p. 15-61

5 MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade: letramento, consciência e poder*. Tradução de Maria da Glória de Moraes. Tradução de: *The voices of society: literacy, conscientiousness and power*. DELTA, vol.14, n. 2, p. 331-338. 1998.

6 SOARES, M. *Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura*. *Educação e Sociedade: Campinas*, vol.23, n.81, p.143-160, dez. 2002.

7 BAWDEN, David. *Origins and concepts of digital literacy*. New York: Peter Lang, 2008. p. 17-32

8 BAWDEN, David. *Origins and concepts of digital literacy*. New York: Peter Lang, 2008. p. 17-32

9 SOUZA, V. V. Soares. *Letramento digital e formação de professores*. *Revista Língua Escrita*, n. 2, p. 55-69, dez. 2007.

e comunicação, bem como aos produtos e práticas linguísticos e sociais de comunicação, e os modos pelos quais os ambientes de comunicação têm se tornado partes essenciais de nosso entendimento cultural do que significa ser letrado.¹⁰

O que faz alguém ser letrado digital?¹¹

Pessoas letradas “analógicas” puderam tornar-se, recentemente, letradas digitais em vários domínios. No trabalho, os e-mails e o envio de arquivos à distância podem ser fundamentais. Assim como na escola a Internet pode servir para a pesquisa, o acesso a documentos e a entidades oficiais que estão fisicamente distantes do usuário, a leitura de jornais e de revistas, etc. O uso do computador e da Internet é tão sócio-histórico quanto os usos que se fizeram do livro, do jornal, da revista ou da televisão.

A diferença parece estar na natureza do meio, que permite ações antes não facilitadas pelo papel. Os textos “bloqueados” planejados de maneira que cada fragmento seja ligado por articuladores chamados links são potencializados na Internet, mas já existiam em suportes impressos, que não permitiam a navegação como ela se dá no ambiente digital.

No entanto, não é assim tão fácil falar em multidões que usam computadores e a rede mundial que os conecta. Segundo dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, INAF, “dois terços da população brasileira maior de quinze anos não têm o nível mínimo de escolarização que a Constituição garante como direito a todos: as oito séries do Ensino Fundamental”. (RIBEIRO, 2003, p. 10) Isso quer dizer que o letramento digital soa como luxo para muitos cidadãos.

Os dados diretamente relacionados ao uso e ao acesso ao computador são enfáticos: das classes D e E, apenas 4% utilizam computador, eventualmente; das classes B e C, 15%; e a classe A usa computador, “ao menos eventualmente”, em 41% dos casos. É patente que o fato de pertencer a uma ou a outra classe social define o acesso à máquina e à rede.

Letrados digitais, portanto, são mais raros nas classes menos favorecidas. Por que razão deveríamos, então, tratar o letramento digital como algo de alcance irrestrito? Para alguns pesquisadores, a preocupação com os usos do computador é precipitada em uma sociedade que mal conseguiu formar “leitores de papel”.

A escola e o professor podem ser entendidos como os mais prováveis multiplicadores do letramento digital. Mesmo que a tarefa não seja escolar, o uso do computador para fins de sobrevivência no trabalho ou nas relações sociais é de suma importância para as comunidades.

Isso sem falar nas possibilidades de atuação cidadã na rede: sites de busca a desaparecidos, entidades de classe, discussões sobre temas da sociedade, produção de notícias em jornais, escolha de prioridades nas listas dos orçamentos participativos de Prefeituras, etc.

As universidades têm sustentado diversas discussões sobre o letramento digital, desde aquelas que se atêm às condições técnicas em que isso poderia se dar até aquelas que debatem sobre conceitos e a formação de professores capacitados para lidar com um novo sistema de mídias. As escolas de ensino médio ou fundamen-

10 scielo.br/j/educ/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/?lang=pt

11 RIBEIRO, Ana Elisa. *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - CEFET-MG, disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Elisa-Ribeiro-2/publication/322706076_LETRAMENTO_DIGITAL_UM_TEMA_EM_GENEROS_EFEMEROS/links/60956d80a6fdcaebd15c0a9/LETRAMENTO-DIGITAL-UM-TEMA-EM-GENEROS-EFEMEROS.pdf*

ASPECTOS LOCAIS

FUNDAÇÃO.

Caraguatatuba começou a ser povoada no início do século XVII, através das Sesmarias. A 1ª que se conheceu ocupou a bacia do Rio Juqueriquerê, em 1609, foi doada aos antigos moradores de Santos, Miguel Gonçalves Borba e Domingos Jorge. A partir dessa data, começou a surgir o primeiro povoado da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba.

Em 1664/1665, ocorreu a fundação de Caraguatatuba e seu fundador foi Manuel de Faria Dória, provavelmente Capitão-Mor da Capitania de Itanhaém.

Em 1693, um violento surto de varíola vitimou parte da população da vila, o restante dirigiu-se para a cidade de Ubatuba e São Sebastião, ficando então o local conhecido como a “vila que desertou”. Devido a epidemia que se abateu sobre o povoado, o pequeno vilarejo ficou deserto, permanecendo somente a capelinha de invocação a Santo Antônio. Décadas depois, a Vila de Caraguatatuba foi sendo repovoada.

Em 27 de setembro de 1770, Santo Antônio de Caraguatatuba foi elevado à condição de vila, sem emancipação político-administrativa.

Em 1847, Caraguatatuba foi elevada à condição de “freguesia” e em 1857, foi elevada, novamente, à categoria de vila tendo, nesta data, sua emancipação político-administrativa, deixando de pertencer ao Município de São Sebastião. Foi reconhecida como estância balneária em 1947.

No início do século XX, a maior parte dos moradores da cidade habitavam a zona rural em agrupamentos de pescadores distribuídos pelas praias.

Em 1910, a vila de Caraguatatuba possuía 3.562 habitantes e em 1927 contava apenas com uma praça e poucas ruas.

O ano de 1927 marcou o início das atividades da Fazenda São Sebastião, que passou a ser conhecida como “Fazenda dos Ingleses”.

Desde seu início, a Fazenda dos Ingleses dedicou-se a banicultura e a citricultura para exportação exclusivamente para a Inglaterra.

Uma rede ferroviária interna que chegou a atingir 120 quilômetros de extensão, incluindo 40 ramais, foi de vital importância para a implantação do projeto agrícola.

Toda a produção era escoada para o cais particular situado no

Bairro Porto Novo, de onde se fazia o transporte até o canal de São Sebastião, em frente à Ilhabela, por uma frota de sete lanchas e rebocadores que conduziam vinte chatões com capacidade de 55 toneladas cada um, de propriedade da companhia de Fomento Mercantil. No canal, os navios da companhia Blue Star Line aguardavam a chegada dos chatões para o transbordo da carga e seu transporte para até um dos portos da Inglaterra.

Suas atividades se encerraram em 1967 quando ocorreu a grande catástrofe (tromba d'água) que destruiu parte da cidade. Posteriormente a Fazenda foi vendida a Serveng Civilsan. A Fazenda Serramar, antiga Fazenda dos Ingleses, passou a atuar exclusivamente no ramo pecuário.

Com o crescimento da população, novos bairros e estradas foram surgindo.

No ano de 1938, começaram as ligações rodoviárias entre o Vale do Paraíba e Litoral Norte. Nesta data, foi inaugurado o trecho entre São Sebastião e Caraguatatuba.

Em 1939, a estrada que liga Paraibuna à Caraguatatuba foi aberta ao tráfego e, em 1955, a ligação de Caraguatatuba à Ubatuba.

Na década de 50, o número de turista aumenta e o turismo na região começa a se desenvolver.

O MUNICÍPIO DO SÉCULO XIX ATÉ O XXI.

Século XIX

Em 16 de março de 1847, o presidente da Província de São Paulo, Manuel da Fonseca Lima e Silva, ordenou que a vila passasse a ser denominada Freguesia. Caraguatatuba recebeu sua emancipação política e administrativa em 20 de abril de 1857. A população caraguatatubense teve de superar um surto de malária em 1884.

Século XX

A população caraguatatubense teve de superar um surto de gripe espanhola em 1918. O aumento da população veio com a chegada de famílias de estrangeiros, que se instalaram na Fazenda dos Ingleses. A propriedade se estabeleceu em 1927 e trouxe benefícios como o aumento da população, a formação de trabalhadores agrícolas e artesãos, o surgimento do comércio e o aumento da economia.

O progresso da Freguesia de Santo Antônio de Caraguatatuba forçou o Governo do Estado de São Paulo a reconhecê-la como Estância Balneária em 30 de novembro de 1947. Sua comarca foi instalada alguns anos depois, em 26 de setembro de 1965.

AS CONDIÇÕES FÍSICAS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA

¹Caraguatatuba, situada no litoral norte do estado de São Paulo, é um município brasileiro que faz parte da Região Imediata de Caraguatatuba-Ubatuba-São Sebastião. Localizada a leste da capital do estado, encontra-se a aproximadamente 178 km de distância. Com uma extensão territorial de 484,947 km², a cidade estimou uma população de 134,875 habitantes em 2022, resultando em uma densidade demográfica de 258,2 habitantes por quilômetro quadrado. Nesse ano, Caraguatatuba figurou como o 65.º município mais populoso de São Paulo e o 252.º em todo o país. A composição do município inclui a sede e o distrito de Porto Novo.

A região desfruta de um clima com temperatura média anual de 25°C, e a mata atlântica é o ecossistema predominante em seu território. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em 2016 foi de 0,8384.

Caraguatatuba foi elevada à categoria de vila em 1770, e seu crescimento ganhou impulso com a chegada de famílias estrangeiras que se estabeleceram na Fazenda dos Ingleses em 1927. Esse marco histórico trouxe consigo o aumento da população, a formação de trabalhadores agrícolas e artesãos, o desenvolvimento do comércio e um substancial crescimento na arrecadação municipal.

Além disso, Caraguatatuba é reconhecida como uma das quinze estâncias balneárias do estado de São Paulo.

Caraguatatuba é um exemplo de como a beleza natural pode se integrar harmoniosamente com o ambiente urbano. A preservação de suas áreas naturais é fundamental para manter a qualidade de vida da população e atrair turistas que desejam desfrutar de suas riquezas ambientais.

- Praias: Caraguatatuba é conhecida por suas praias deslumbrantes, que se estendem ao longo da costa. Entre as mais populares estão a Praia Martim de Sá, Praia da Cocanha, Praia do Massaguaçu, Praia do Capricórnio e muitas outras. Essas praias atraem turistas devido à sua areia clara, águas cristalinas e oportunidades para esportes aquáticos.



- Rios e Córregos: Caraguatatuba é cortada por vários rios e córregos, sendo o Rio Juqueriquerê um dos mais importantes. Esses cursos d'água desempenham um papel vital na manutenção do ecossistema local e proporcionam oportunidades para atividades aquáticas.

- Áreas de Preservação Ambiental: A cidade abriga importantes áreas de preservação ambiental, como o Parque Estadual da Serra do Mar e a Área de Preservação Ambiental do Rio Juqueriquerê. Essas áreas protegidas são cruciais para a conservação da biodiversidade da região.

- Ilhas: Caraguatatuba também possui várias ilhas próximas à costa, como a Ilha Anchieta e a Ilha do Tamanduá. Essas ilhas são habitats importantes para aves marinhas e oferecem oportunidades para atividades de ecoturismo.

- Fauna Marinha: As águas costeiras de Caraguatatuba são ricas em vida marinha, incluindo peixes, tartarugas marinhas e golfinhos. Mergulhadores e entusiastas da vida marinha visitam a região para explorar esses ecossistemas submersos.

- Clima Tropical: Caraguatatuba tem um clima tropical úmido, com temperaturas amenas ao longo do ano. Esse clima favorável contribui para a exuberância da vegetação e das paisagens naturais.

1 Referências bibliográficas:

Disponível em <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br> Acesso 17.09.2023

Disponível em <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/sp/caraguatatuba/> Acesso 17.09.2023

Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caraguatatuba> Acesso 17.09.2023

Dados IBGE - Território

Área da unidade territorial [2022] ----- 484,947 km²

Hierarquia urbana [2018] ----- Centro Subregional B (3B) - Município...

Região de Influência [2018] ----- Arranjo Populacional de São José dos ...

Região intermediária [2021] ----- São José dos Campos

Região imediata [2021] ----- Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião

Mesorregião [2021] ----- Vale do Paraíba Paulista

Microrregião [2021] ----- Caraguatatuba



Estrutura Física

Caraguatatuba é uma cidade localizada no litoral norte do estado de São Paulo, Brasil, e é conhecida por suas belas praias, paisagens naturais e ambiente tropical. Suas estruturas físicas e ambientais refletem essa localização privilegiada e oferecem uma série de características distintas. Abaixo, descreverei algumas das principais características das estruturas físicas e ambientais de Caraguatatuba:

- Praias Deslumbrantes: Caraguatatuba possui uma extensa faixa costeira, abrigando uma série de praias paradisíacas.
- Serra do Mar: A cidade é cercada pela imponente Serra do Mar, que proporciona paisagens deslumbrantes e trilhas ecológicas. A serra é coberta por Mata Atlântica e abriga uma rica biodiversidade, tornando-se um local popular para ecoturismo e caminhadas.
- Ilhas e Reservas Naturais: abriga várias ilhas próximas à costa, como a Ilha Anchieta e a Ilha do Tamanduá.
- Rio Juqueriquerê: Este rio atravessa a cidade, proporcionando oportunidades para atividades aquáticas, como canoagem e passeios de caiaque. Além disso, o rio oferece cenários naturais encantadores, com manguezais e vegetação típica da região.
- Parques e Áreas de Preservação: Caraguatatuba abriga várias áreas de preservação, como o Parque Estadual da Serra do Mar e a Área de Preservação Ambiental do Rio Juqueriquerê. Essas áreas protegidas são essenciais para a conservação da fauna e flora da região.
- Ciclovias e Trilhas: A cidade investiu na criação de ciclovias e trilhas para promover o ecoturismo e incentivar um estilo de vida ativo. Os visitantes e moradores podem explorar a região de bicicleta ou a pé, desfrutando da natureza exuberante.
- Centro Urbano: Além das belezas naturais, Caraguatatuba possui um centro urbano com comércio, serviços, escolas e hospitais. A cidade se desenvolveu ao longo dos anos para atender às necessidades da população e dos turistas.
- Eventos e Festivais: Caraguatatuba também é conhecida por seus eventos e festivais ao longo do ano. O Carnaval de Caraguatatuba, por exemplo, atrai visitantes de toda a região, assim como festivais de música e cultura.

Estrutura Ambiental

Caraguatatuba conta com cinco programas dedicados à preservação do meio ambiente. Em 17 de julho, celebra-se o Dia de Proteção às Florestas, e as árvores desempenham um papel vital nas cidades, contribuindo para a redução da temperatura em dias quentes, a diminuição da poluição do ar e a valorização dos imóveis, entre outros benefícios.

A Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SMAAP) do município não apenas busca aumentar a cobertura verde da cidade por meio do Plano de Arborização Urbana, mas também implementou outros quatro programas de preservação e manutenção ambiental: Adote o Verde, Espaço Árvore, Disk Árvore e o Viveiro Municipal.

Com essas iniciativas, a prefeitura já plantou 3,1 mil árvores em toda a cidade, priorizando espécies nativas da Mata Atlântica para preservar a flora local e melhorar a qualidade de vida dos habitantes.

Aqui estão mais detalhes sobre esses programas:

- Adote o Verde: Este programa estabelece parcerias entre o setor público e empresas interessadas em contribuir para a conservação e manutenção de praças, parques, canteiros centrais e áreas verdes em troca da permissão para instalar placas de publicidade.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS.

Genericamente, podemos dizer que a perspectiva redentora se traduz pelas pedagogias liberais e a perspectiva transformadora pelas pedagogias progressistas.¹

Assim vamos organizar o conjunto das pedagogias em dois grupos:

Pedagogia Liberal - Tradicional - Renovada Progressivista - Renovada Não Diretiva - Tecnicista	Pedagogia Progressista - Libertadora - Libertária - Crítico-Social dos Conteúdos
---	--

É evidente que tanto as tendências quanto suas manifestações não são puras nem mutuamente exclusivas o que, aliás, é a limitação principal de qualquer tentativa de classificação. Em alguns casos as tendências se complementam, em outros, divergem. De qualquer modo, a classificação e sua descrição poderão funcionar como um instrumento de análise para o professor avaliar a sua prática de sala de aula.

Pedagogia Liberal

A Pedagogia Liberal é voltada para o sistema capitalista e esconde a realidade das diferenças entre as classes sociais. Nessa pedagogia, a escola tem que preparar os indivíduos para a sociedade, de acordo com as suas aptidões individuais, por isso os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes através do desenvolvimento da cultura individual.

A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. Historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evoluiu para a pedagogia renovada (também denominada Escola Nova ou Ativa), o que não significou a substituição de uma pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar.

Tendência Liberal Tradicional

Caracteriza-se por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual.

Papel da escola - consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino mais profissionalizante.

Conteúdos de ensino - são os conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades. As matérias de estudo visam preparar o aluno para a vida, são determinadas pela sociedade e ordenadas na legislação. Os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, valendo pelo valor intelectual, razão pela qual a pedagogia tradicional é criticada como intelectualista e, às vezes, como enciclopédica.

Métodos - baseiam-se na exposição verbal da matéria e/ou demonstração. Tanto a exposição quanto a análise são feitas pelo professor, observados os seguintes passos:

- Preparação do aluno (definição do trabalho, recordação da matéria anterior, despertar interesse);
- Apresentação (realce de pontos-chaves, demonstração);
- Associação (combinação do conhecimento novo com o já conhecido por comparação e abstração);
- Generalização (dos aspectos particulares chega-se ao conceito geral, é a exposição sistematizada);
- Aplicação (explicação de fatos adicionais e/ou resoluções de exercícios).

A ênfase nos exercícios, na repetição de conceitos ou fórmulas na memorização visa disciplinar a mente e formar hábitos.

Relacionamento professor-aluno - predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio.

Pressupostos de aprendizagem - a ideia de que o ensino consiste em repassar os conhecimentos para o espírito da criança é acompanhada de uma outra: a de que a capacidade de assimilação da criança é idêntica à do adulto, apenas menos desenvolvida. Os programas, então, devem ser dados numa progressão lógica, estabelecida pelo adulto, sem levar em conta as características próprias de cada idade. A aprendizagem, assim, é receptiva e mecânica, para o que se recorre frequentemente à coação. A retenção do material ensinado é garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e recapitulação da matéria. A transferência da aprendizagem depende

¹ LUCKESI C. *Tendências Pedagógicas na Prática escolar*. 2011

do treino; é indispensável a retenção, a fim de que o aluno possa responder às situações novas de forma semelhante às respostas dadas em situações anteriores.

Avaliação - se dá por verificações de curto prazo (interrogatórios orais, exercício de casa) e de prazo mais longo (provas escritas, trabalhos de casa). O esforço é, em geral, negativo (punição, notas baixas, apelos aos pais); às vezes, é positivo (emulação, classificações).

Manifestações na prática escolar - a pedagogia liberal tradicional é viva e atuante em nossas escolas, predominante em nossa história educacional.

Tendência Liberal Renovada

A Tendência Liberal Renovada acentua, igualmente, o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. A educação é a vida presente, é a parte da própria experiência humana. A escola renovada propõe um ensino que valorize a autoeducação (o aluno como sujeito do conhecimento), a experiência direta sobre o meio pela atividade; um ensino centrado no aluno e no grupo.

A Tendência Liberal Renovada apresenta-se, entre nós, em duas versões distintas:

- a **Renovada Progressivista**, ou **Pragmatista**, principalmente na forma difundida pelos pioneiros da educação nova, entre os quais se destaca Anísio Teixeira (deve-se destacar, também a influência de Montessori, Decroly e, de certa forma, Piaget);

- a **Renovada Não Diretiva** orientada para os objetivos de auto-realização (desenvolvimento pessoal) e para as relações interpessoais, na formulação do psicólogo norte-americano Carl Rogers.

Tendência Liberal Renovada Progressivista

Papel da escola - a finalidade da escola é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida. Todo ser dispõe dentro de si mesmo de mecanismos de adaptação progressiva ao meio e de uma conseqüente integração dessas formas de adaptação no comportamento. Tal integração se dá por meio de experiências que devem satisfazer, ao mesmo tempo, os interesses do aluno e as exigências sociais. À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estruturas do ambiente.

Conteúdos de ensino - como o conhecimento resulta da ação a partir dos interesses e necessidades, os conteúdos de ensino são estabelecidos em função de experiências que o sujeito vivencia frente a desafios cognitivos e situações problemáticas. Dá-se, portanto, muito mais valor aos processos mentais e habilidades cognitivas do que a conteúdos organizados racionalmente. Trata-se de “aprender a aprender”, ou seja, é mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito.

Método de ensino - a ideia de “aprender fazendo” está sempre presente. Valorizam-se as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, o método de solução de problemas. Embora os métodos variem, as escolas ativas ou no-

vas (Dewey, Montessori, Decroly, Cousinet e outros) partem sempre de atividades adequadas à natureza do aluno e às etapas do seu desenvolvimento. Na maioria delas, acentua-se a importância do trabalho em grupo não apenas como técnica, mas como condição básica do desenvolvimento mental. Os passos básicos do método ativo são:

- Colocar o aluno numa situação de experiência que tenha um interesse por si mesma;
- O problema deve ser desafiante, como estímulo à reflexão;
- O aluno deve dispor de informações e instruções que lhe permitam pesquisar a descoberta de soluções;
- Soluções provisórias devem ser incentivadas e ordenadas, com a ajuda discreta do professor;
- Deve-se garantir a oportunidade de colocar as soluções à prova, a fim de determinar sua utilidade para a vida.

Relacionamento professor-aluno - não há lugar privilegiado para o professor; antes, seu papel é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo da criança; se intervém, é para dar forma ao raciocínio dela. A disciplina surge de uma tomada de consciência dos limites da vida grupal; assim, aluno disciplinado é aquele que é solidário, participante, respeitador das regras do grupo. Para se garantir um clima harmonioso dentro da sala de aula é indispensável um relacionamento positivo entre professores e alunos, uma forma de instaurar a “vivência democrática” tal qual deve ser a vida em sociedade.

Pressupostos de aprendizagem - a motivação depende da força de estimulação do problema e das disposições internas e interesses do aluno. Assim, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem, sendo o ambiente apenas o meio estimulador. É retido o que se incorpora à atividade do aluno pela descoberta pessoal; o que é incorporado passa a compor a estrutura cognitiva para ser empregado em novas situações.

Avaliação - é fluida e tenta ser eficaz à medida que os esforços e os êxitos são prontos e explicitamente reconhecidos pelo professor.

Manifestações na prática escolar - os princípios da pedagogia progressivista vêm sendo difundidos, em larga escala, nos cursos de licenciatura, e muitos professores sofrem sua influência. Entretanto, sua aplicação é reduzidíssima, não somente por falta de condições objetivas como também porque se choca com uma prática pedagógica basicamente tradicional. Alguns métodos são adotados em escolas particulares, como o método Montessori, o método dos centros de interesse de Decroly, o método de projetos de Dewey. O ensino baseado na psicologia genética de Piaget tem larga aceitação na educação pré-escolar. Pertencem, também, à tendência progressivista muitas das escolas denominadas “experimentais”, as “escolas comunitárias” e mais remotamente (década de 60) a “escola secundária moderna”, na versão difundida por Lauro de Oliveira Lima.

Tendência Liberal Renovada Não Diretiva

Papel da escola - formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. Todo esforço está em estabelecer um clima favorável a uma mudança dentro do indivíduo, isto é, a uma adequação pessoal às solicitações do ambiente. Rogers² considera que o ensino é uma atividade excessivamente valorizada; para ele

2 ROGERS, Carl. *Liberdade para aprender*. 1969

os procedimentos didáticos, a competência na matéria, as aulas, livros, tudo tem muito pouca importância, face ao propósito de favorecer à pessoa um clima de autodesenvolvimento e realização pessoal, o que implica estar bem consigo próprio e com seus semelhantes. O resultado de uma boa educação é muito semelhante ao de uma boa terapia.

Conteúdos de ensino - a ênfase que esta tendência põe nos processos de desenvolvimento das relações e da comunicação torna secundária a transmissão de conteúdos. Os processos de ensino visam mais facilitar aos estudantes os meios para buscarem por si mesmos os conhecimentos que, no entanto, são dispensáveis.

Métodos de ensino - os métodos usuais são dispensados, prevalecendo quase que exclusivamente o esforço do professor em desenvolver um estilo próprio para facilitar a aprendizagem dos alunos. Rogers explicita algumas das características do professor "facilitador": aceitação da pessoa do aluno, capacidade de ser confiável, receptivo e ter plena convicção na capacidade de autodesenvolvimento do estudante. Sua função restringe-se a ajudar o aluno a se organizar, utilizando técnicas de sensibilização onde os sentimentos de cada um possam ser expostos, sem ameaças. Assim, o objetivo do trabalho escolar se esgota nos processos de melhor relacionamento interpessoal, como condição para o crescimento pessoal.

Relacionamento professor-aluno - propõe uma educação centrada no aluno, visando formar sua personalidade através da vivência de experiências significativas que lhe permitam desenvolver características inerentes à sua natureza. O professor é um especialista em relações humanas, ao garantir o clima de relacionamento pessoal e autêntico. "Ausentar-se" é a melhor forma de respeito e aceitação plena do aluno. Toda intervenção é ameaçadora, inibidora da aprendizagem.

Pressupostos de aprendizagem - a motivação resulta do desejo de adequação pessoal na busca da auto realização; é, portanto, um ato interno. A motivação aumenta, quando o sujeito desenvolve o sentimento de que é capaz de agir em termos de atingir suas metas pessoais, isto é, desenvolve a valorização do "eu". Aprender, portanto, é modificar suas próprias percepções; daí que apenas se aprende o que estiver significativamente relacionado com essas percepções. Resulta que a retenção se dá pela relevância do aprendido em relação ao "eu", ou seja, o que não está envolvido com o "eu" não é retido e nem transferido.

Avaliação - perde inteiramente o sentido, privilegiando-se a autoavaliação.

Manifestações na prática escolar - o inspirador da pedagogia não diretiva é C. Rogers, na verdade mais psicólogo clínico que educador. Suas ideias influenciam um número expressivo de educadores e professores, principalmente orientadores educacionais e psicólogos escolares que se dedicam ao aconselhamento. Menos recentemente, podem-se citar também tendências inspiradas na escola de Summerhill do educador inglês A. Neill.

Tendência Liberal Tecnicista

A tendência Liberal Tecnicista subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de "recursos humanos" (mão-de-obra para a indústria). A sociedade industrial e tecnológica es-

tabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a educação treina (também cientificamente) nos alunos os comportamentos de ajustamento a essas metas.

No tecnicismo acredita-se que a realidade contém em si suas próprias leis, bastando aos homens descobri-las e aplicá-las. Dessa forma, o essencial não é o conteúdo da realidade, mas as técnicas (forma) de descoberta e aplicação. A tecnologia (aproveitamento ordenado de recursos, com base no conhecimento científico) é o meio eficaz de obter a maximização da produção e garantir um ótimo funcionamento da sociedade; a educação é um recurso tecnológico por excelência.

Ela "é encarada como um instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão-de-obra, pela redistribuição da renda, pela maximização da produção e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento da 'consciência política' indispensável à manutenção do Estado autoritário"³. Utiliza-se basicamente do enfoque sistêmico, da tecnologia educacional e da análise experimental do comportamento.

Papel da escola - a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las. A atividade da "descoberta" é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas; a "aplicação" é competência do processo educacional comum.

A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes" para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas.

A pesquisa científica, a tecnologia educacional, a análise experimental do comportamento garante a objetividade da prática escolar, uma vez que os objetivos instrucionais (conteúdos) resultam da aplicação de leis naturais que independem dos que a conhecem ou executam.

Conteúdos de ensino - são as informações, princípios científicos, leis etc., estabelecidos e ordenados numa sequência lógica e psicológica por especialistas. É matéria de ensino apenas o que é redutível ao conhecimento observável e mensurável; os conteúdos decorrem, assim, da ciência objetiva, eliminando-se qualquer sinal de subjetividade. O material instrucional encontra-se sistematizado nos manuais, nos livros didáticos, nos módulos de ensino, nos dispositivos audiovisuais etc.

Métodos de ensino - consistem nos procedimentos e técnicas necessárias ao arranjo e controle nas condições ambientais que assegurem a transmissão/recepção de informações. Se a primeira tarefa do professor é modelar respostas apropriadas aos objetivos

³ KUENZER, Acácia A.; MACHADO, Lucília R. S. "Pedagogia Tecnicista", in Guiomar N. de MELLO (org.), *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PEB I - Professor Educação Básica I Educação Infantil

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA.

— Crianças e infâncias na sociedade brasileira: um percurso histórico

A concepção de infância presente na vida social da América Portuguesa nos séculos XVI ao XVIII se dava por meio de uma multiplicidade de formas que eram características da diversidade de sujeitos e culturas presentes em nosso passado colonial. As mães nativas, pretas e brancas, tinham distintos modos de educar e cuidar suas crianças, todas elas permeadas por sua cultura e pelas diferentes formas de conceber a infância e a educação das crianças, presentes em cada uma delas¹.

Entretanto, quando voltamos nosso olhar sobre as práticas sociais dominantes naquele contexto e como estas dialogavam com aspectos mais amplos da estrutura da sociedade colonial portuguesa, tais como a religiosidade e o patriarcalismo, torna-se possível apontar aspectos de como era concebido o lugar da infância e a educação das crianças no período colonial.

O conceito de criança neste contexto limitava o período da infância aos sete anos de idade. Do nascimento aos três anos de idade, os cuidados da criança ficavam a cargo da mãe ou da ama de leite, a depender da condição social da família, e dos quatro aos sete anos de idade, a criança acompanhava a vida dos adultos, sem que lhes fossem atribuídas grandes expectativas sociais. Após os sete anos, as meninas e os meninos pobres livres já começavam a participar das atividades produtivas de suas famílias e, nesse caso, poderiam ser instruídos nas primeiras letras, se o ofício assim o demandasse.

Historiadores, ao estudar o cotidiano das crianças livres, nos séculos XVI ao XVIII, destacam, entre outros aspectos, o que poderíamos chamar de um enquadramento religioso da infância, a partir de comportamentos que deveriam ser valorizados. Assim, a formação da criança estava permeada pelo discurso e pela prática religiosa com a preocupação de torná-la um adulto responsável, por meio do fornecimento de uma educação básica, preocupada com os rudimentos da leitura e da escrita e com as bases da doutrina cristã.

Apesar da forte presença dos jesuítas nas atividades de ensino durante a colonização, vale ressaltar que a preocupação com a educação das crianças, a depender da sua origem social, se estendia à atuação de mestres que ensinavam as primeiras letras aos meninos e de tutores que deveriam ensinar às meninas a costura e outras prendas domésticas, e aos meninos a ler, escrever e contar.

Além dos conteúdos valorizados para serem transmitidos ao longo da infância, com o objetivo de formar um adulto bom e cristão, o espaço das escolas existentes, a maior parte delas

domésticas ou confessionais, assim como os ritos e os objetos que a compunham imprimiam ao corpo infantil experiências como as rezas, os ajoelamentos e o benzimento com o sinal da cruz, todos eles tidos como rituais disciplinadores e protetores e como práticas esperadas dos mestres para afugentar os comportamentos desviantes.

A correção das crianças por meio dos castigos físicos era vista como forma de amor, pois se acreditava que a boa educação devia se dar por meio dos castigos e das tradicionais palmadas. A prática foi introduzida na colônia, em grande medida, por meio da educação jesuítica, sempre pronta para punir os comportamentos desviantes da criança e conduzi-la em direção à virtude.

Antes da chegada dos missionários, a prática por essas terras era desconhecida, uma vez que as crianças nativas não eram educadas por meio de castigos físicos. Após a saída dos jesuítas, a herança de tal prática na educação é estendida para as Aulas Régias, em que o uso da palmatória passa a ser o instrumento de correção utilizado pelos mestres para punir os comportamentos infantis tidos como desviantes.

Por outro lado, as festas, músicas e brincadeiras, também estavam presentes no cotidiano da educação jesuítica. Alguns jogos, brinquedos e instrumentos musicais trazidos da Europa eram utilizados na educação das crianças, sobretudo as nativas que demonstravam especial interesse pela música e pelos instrumentos.

Historiadores, ao estudar as brincadeiras no período colonial, destacam que a atuação dos jesuítas possibilitou o intercâmbio das tradições e brincadeiras entre os curumins e os “meúdos”, sobretudo as crianças órfãs que estavam sob os cuidados da ordem: O bodoque, a gaita de canudo de mamão, o pião, o papagaio, a bola, as danças, as superstições, os contos e o amálgama das relações infantis nos pátios dos colégios.

As festas em homenagem aos santos também atraíam e envolviam as crianças de distintas origens sociais nos festejos que marcavam o calendário religioso das cidades e vilas da América Portuguesa, e junto com as brincadeiras, evidenciavam a presença da infância nos espaços públicos durante o período colonial. Os coros formados por meninos que os jesuítas levavam em suas expedições de catequese, que entravam pelas povoações, as crianças à frente, entoando as ladainhas e outras crianças rapidamente se agregavam ao séquito, pulando, cantando e dançando.

No âmbito doméstico, a convivência das crianças com os adultos era permeada por brincadeiras em que estas eram tratadas pelos mais velhos como brinquedos à sua disposição. Entretanto, também destaca-se que o discurso médico presente na sociedade patriarcal pretendia legitimar os cuidados com as crianças no que se referia a sua saúde e alimentação, tendo em vista as altas taxas de mortalidade infantil, assim como reafirmar o papel materno e das mulheres na criação e no “dengo” das crianças, ao mesmo tempo em que criticava os excessos das mães extremosas e amas negras.

1 ALVES, Kelly Ludkiewicz; e RIBEIRO, Silvanne. REFLEXÕES SOBRE CONCEPÇÕES DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMO REDUTO E RESISTÊNCIA DAS INFÂNCIAS. *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.32.

Pouco a pouco, a educação e a medicina vão burilando as crianças do Brasil colonial. Mais do que lutar pela sua sobrevivência, tarefa que educadores e médicos compartilhavam com os pais, procurava-se adestrar a criança, preparando-a para assumir responsabilidades.

Uma certa consciência sobre esse preparo vai tomando forma, no decorrer do século XVIII, na vida social. O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos naquele momento, em via de estruturação até mesmo entre crianças.

Tais códigos eram bastante diferenciados entre os núcleos sociais distintos: os livres e os escravos; os que viviam em ambiente rural e em ambiente urbano; os ricos e pobres; os órfãos e abandonados e os que tinham família etc. Apesar das diferenças, a idade os unia.

Aos 'meúdos' convinha uma formação comum, quer dizer, cristã, e as circunstâncias socioeconômicas convidavam-lhes a amoldar-se a diferentes tradições culturais e costumes sociais e educativos. Entre os séculos XVI e XVIII, com a percepção da criança como algo diferente do adulto, vimos surgir uma preocupação educativa que traduzia-se em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica.

A concepção de infância no período colonial e nas primeiras décadas do regime imperial estava marcada pela origem social da criança e sujeita às violências sofridas pelas mulheres em uma sociedade patriarcal e machista, pois muitas crianças também eram vítimas da fome e do abandono, ao qual também estavam sujeitas suas mães, e não foram raros os casos de mendicância, tal qual vemos tristemente na atualidade.

Neste país em que a infância das crianças pobres é marcada por sua origem social e pelo preconceito racial, uma política de estado voltada para o cuidado às crianças somente começa a chegar ao Brasil nas últimas décadas do século XIX.

As creches, as escolas maternas e os jardins da infância existem aqui há pouco mais de um século, e que as características sociais e culturais, as representações e os conhecimentos sobre educação das crianças, presentes nessas terras desde o período pré-colonial, deixaram heranças que se manifestaram nas políticas educacionais, nas práticas e nas propostas pedagógicas para a melhor educação da infância, que foram debatidas e implementadas na passagem do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX.

A preocupação com a infância e a educação das crianças, a partir da proposição das novas instituições para a educação popular, era destacada em publicações e jornais, como *A Mãe de Família*, que circulou entre os anos de 1879 a 1888, onde aparece a primeira referência à creche que se tem registro no Brasil.

Em uma série de 6 artigos publicados com o título de "*A Creche (asilo para a primeira infância)*", esperava-se despertar as mães brasileiras, sobretudo as trabalhadoras, para este espaço destinado ao cuidado das crianças de até 2 anos, que era seguido pelas salas de asilo da segunda infância, destinada às crianças dos 3 aos 6 anos de idade.

A defesa perante a sociedade sobre a importância de espaços destinados à educação das crianças e de sua boa formação, evidencia, por um lado, a preocupação com a educação das crianças libertas do contexto da Lei do Ventre Livre e, por outro, denuncia as mudanças nas relações de produção com a inserção da mulher no mercado de trabalho "formal", sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX.

A primeira das instituições desse tipo que se tem notícia foi o Jardim de Crianças do Colégio Menezes Vieira, aberto em 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo destaca-se a criação do Jardim da Infância anexo à Escola Normal da Praça da República, em 1896, como marco do projeto educacional de seriação da escola pública destinada à infância.

O Jardim da Infância foi a primeira instituição pública voltada ao atendimento das crianças menores de sete anos e, juntamente com a Escola Anexa, tinha a proposta de ser um espaço para a formação e a prática dos normalistas, servindo também de referência para as escolas oficiais abertas posteriormente em todo o estado. Entretanto, o fato de que até o final do século XIX essas instituições estavam destinadas à atenção das crianças oriundas dos setores sociais mais privilegiados.

A proliferação de espaços, tais como as creches, os asilos de menores, as escolas maternas e os Jardins da Infância, voltados para a atenção às crianças pobres, ocorreu nas primeiras décadas do século XX em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e em diversos municípios do país. Nesse processo, enquanto as creches estavam fortemente ligadas à assistência social e às famílias oriundas de classes sociais menos favorecidas, a pré-escola sedimentava-se numa concepção preparatória e de atendimento às crianças provenientes de famílias com um maior poder aquisitivo.

A aproximação da educação com a medicina, como ciência responsável pela boa formação moral e física das crianças era defendida pelos políticos, educadores, médicos, juristas e pelos proprietários de indústrias, que buscavam reforçar a necessidade de "proteção à infância", a partir de experiências e exemplos praticados em países da Europa como Bélgica, Itália e Alemanha, por meio da organização em torno de associações para a criação de instituições ligadas ao atendimento às crianças pobres.

O discurso desses grupos, por um lado, revela o caráter assistencialista que a educação das crianças assume nesse contexto, de forma a atenuar perante a sociedade, a ausência de uma política pública mais efetiva de atenção aos bebês e às crianças bem pequenas, sobretudo os filhos de mães trabalhadoras. Por outro lado, estava alinhado à ampla discussão sobre a escolarização da população pobre, que se estende à educação primária e circula por distintos países, por meio do debate sobre a educação das massas populares que circulava pelos países ocidentais, baseando-se algumas delas em concepções eugenistas em torno das crianças negras e pobres.

Por meio desse debate, a educação popular passa a ganhar amplas finalidades políticas e sociais na passagem do século XIX para o XX. Podemos dizer que a sociedade urbano-industrial traz consigo a elaboração de um discurso voltado para a proteção à infância, que resulta em seu confinamento, a partir da definição de espaços destinados à sua educação, que promoveram a modernização do currículo voltado para a alfabetização e a valorização dos saberes científicos, em uma educação que deveria preparar o homem para a vida completa, mas que, nesse momento, desconsiderava as "vozes" das crianças e suas especificidades.

Ao se tratar da constituição da escola nesse contexto, fala-se sobre o processo de desenvolvimento de uma forma e de um tempo escolar, por meio da definição dos conteúdos, dos espaços e das rotinas escolares, que distanciaram a escola do âmbito doméstico, aproximando-a cada vez mais de um projeto civilizatório, constitutivo da formação da nação brasileira. Também tem sido apontado pela historiografia da educação, que

as reformas pedagógicas e os estudos na forma de inquéritos, promovidos por educadores na primeira metade do século XX, se aproximaram da psicologia, voltando seus interesses para as fases do desenvolvimento da criança e a adoção de métodos pedagógicos mais considerados mais apropriados à sua educação.

Nesse aspecto, adotou-se o emprego do intuitivo, que considerava os impulsos, capacidades e fases de desenvolvimento das crianças ou, no caso dos Jardins da Infância, cuja proposta baseava-se na adoção do método froebeliano, que comparava as crianças a plantas de um jardim, das quais o professor seria o jardineiro. Este deveria estar atento às expressões das crianças e ao seu desenvolvimento, por meio de suas atividades de percepção sensorial, da linguagem e do brincar, que deveriam se realizar a partir de três tipos de práticas: a ação, o jogo e o trabalho.

Em outro aspecto, a historiografia da educação tem observado a constituição da escola destinada à Educação Infantil, evidenciando como o modelo de conduta, a arquitetura, o currículo, os materiais didáticos, as brincadeiras e a organização do espaço-tempo escolar imprimiram o controle minucioso sobre os corpos das crianças, as condutas e as infâncias. Nesse sentido, evidencia-se que a escola foi associada a um projeto de equilíbrio social, ocasionando a renovação dos métodos de atendimento à educação pública que “inspiraram uma nova concepção do lugar da escola na vida social”, de modo que “a ideia de fazer da escola um refúgio salvador foi, sobretudo, uma proposta de equilíbrio social”.

O processo de escolarização da sociedade moderna, sedimentado nos princípios da alfabetização e da integração social, contribuiu para transformar a infância em uma necessidade, embora em uma concepção de criança muito distante da atual, considerando-a como um devir. Nesse sentido, a integração da Educação Infantil à Educação Básica, no período de redemocratização do país, revelou-se um salto significativo para as crianças e seus direitos, uma vez que elas passaram a frequentar um espaço coletivo de aprendizagem, com inúmeras possibilidades de construções sociais e culturais formativas, necessárias ao seu desenvolvimento integral.

Por isso, a importância de analisarmos a criança como ser de direitos, por meio da abordagem sobre a constituição histórica de tal concepção até o estabelecimento da noção do direito à infância e à consideração da trajetória sócio histórica do sujeito desde o seu nascimento, como consta nas prescrições legais e nos documentos que fornecem as diretrizes educacionais para a etapa da Educação Infantil. Tensionar no contemporâneo tal concepção e como ela atua na construção de práticas pedagógicas e culturais e, ademais, no comportamento social dos profissionais de educação e das crianças, tendo em vista a ideia de que a infância pressupõe, dentre outros aspectos, uma relação do corpo no e com o espaço, é fundamental para a discussão a fim de compreendermos a Educação Infantil e seus desafios no presente, entendendo-a como um espaço/tempo escolar no qual as crianças são e almejam ser crianças.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO.

No século XXI psicólogos do desenvolvimento enfrentam novos desafios uma vez que as novas concepções de atuação profissional que enfatizam a prevenção e a promoção de saúde fazem com que profissionais de várias áreas busquem na psicologia do desenvolvimento subsídios teóricos e metodológicos para sua prática profissional. O que está em questão é o desenvolvimento harmônico do

indivíduo, que integra não apenas um aspecto, mas todas as dimensões do desenvolvimento humano sejam elas: biológicas, cognitivas, afetivas ou sociais.²

A Delimitação Conceitual do Campo da Psicologia do Desenvolvimento

O desenvolvimento humano envolve o estudo de variáveis afetivas, cognitivas, sociais e biológicas em todo ciclo da vida. Desta forma faz interface com diversas áreas do conhecimento como: a biologia, antropologia, sociologia, educação, medicina entre outras.

Tradicionalmente o estudo do desenvolvimento humano focou o estudo da criança e do adolescente, ainda hoje muitos dos manuais de psicologia do desenvolvimento abordam apenas esta etapa da vida dos indivíduos.

O interesse pelos anos iniciais de vida dos indivíduos tem origem na história do estudo científico do desenvolvimento humano, que se inicia com a preocupação com os cuidados e com a educação das crianças, e com o próprio conceito de infância como um período particular do desenvolvimento.

No entanto, este enfoque vem mudando nas últimas décadas, e hoje há um consenso de que a psicologia do desenvolvimento humano deve focar o desenvolvimento dos indivíduos ao longo de todo o ciclo vital. Ao ampliar o escopo de estudo do desenvolvimento humano, para além da infância e adolescência, a psicologia do desenvolvimento acaba por fazer interface também com outras áreas da psicologia. Só para citar algumas áreas temos: a psicologia social, personalidade, educacional, cognitiva.

Assim surge a necessidade de se delimitar esse campo de atuação, definindo o que há de específico na psicologia do desenvolvimento humano. A necessidade de se integrar ao estudo do desenvolvimento humano uma perspectiva interdisciplinar, que adote uma metodologia de pesquisa própria, faz com que alguns autores sugiram que o estudo desenvolvimento humano constitua um campo de atuação independente da Psicologia, que tem sido chamado de “Ciência do Desenvolvimento Humano”.

Pesquisadores do desenvolvimento humano concordam que um dos objetos de estudo do psicólogo do desenvolvimento é o estudo das mudanças que ocorrem na vida dos indivíduos. Papalia e Olds, por exemplo, definem desenvolvimento como “o estudo científico de como as pessoas mudam ou como elas ficam iguais, desde a concepção até a morte”.

A definição destes autores salienta o fato de que psicólogos do desenvolvimento estudam as mudanças, mas não nos oferece nenhuma informação sobre questões fundamentais ao estudo do desenvolvimento humano. O que muda? Como muda? E quando muda? Estas são perguntas frequentes nas pesquisas sobre o desenvolvimento, e são frequentemente abordadas de forma distintas pelas diferentes abordagens teóricas que descrevem o desenvolvimento humano.

Dizer que ao longo do tempo mudanças ocorrem na vida dos indivíduos não nos esclarece estas questões. O tempo é apenas uma escala, não é uma variável psicológica. Portanto, é preciso entender como as condições internas e externas ao indivíduo afetam e promovem essas mudanças. As mudanças no desenvolvimento são adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem essas situações internas e externas ao indivíduo que tem que se adaptar a um mundo em que as mudanças são constantes.

² MOTA, Márcia Elia da. disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/>